



CARLOS SANTIAGO E AGÊNCIAS
csantiago@jj.com.br

Alckmin na Região

O governador Geraldo Alckmin é aguardado hoje, em Cabreúva, para a entrega da obra de restauração da pista da Rodovia dos Romeiros, a SP-321. Foram 36 quilômetros de obras no trecho entre Pirapora do Bom Jesus e Itu, com um investimento de cerca de R\$ 45,5 milhões. Alckmin deve chegar por volta das 9 horas.

Itupeva

O prefeito de Itupeva, Marcão Marchi (PSD), está pleiteando, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), a construção de uma sede própria do Fórum no município. Marchi se reuniu esta semana com o presidente do TJ, o desembargador Paulo Dimas Mascaretti.

Reajuste salarial

Os servidores públicos de Itupeva aceitaram, por unanimidade, no início da noite desta sexta-feira (26), a proposta da prefeitura de reajuste dos salários. Todos os funcionários municipais concursados e estatutários receberão um abono de R\$ 160. Além de outros benefícios acordados com o sindicato da categoria. Para 75% do funcionalismo municipal, o reajuste cobre o índice da inflação (4%). Nenhum cargo comissionado receberá reajuste ou benefício.

Caixa 2

A Polícia Federal apreendeu no apartamento do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), no Rio de Janeiro, uma anotação em papel em que estava escrito "Cx 2". O tucano foi alvo de operação no dia 18 de maio. Ele é investigado pela Procuradoria-Geral da República por suposto recebimento de propina do grupo JBS, que fechou um acordo de delação com as autoridades ligadas à Lava Jato.

Reação

O avanço da articulação liderada pelo PSDB para preparar cenários em caso de queda de Michel Temer gerou reação no PMDB, DEM e PSD, principais sustentáculos do governo e que também avaliam os cenários de substituição do presidente. O estopim da revolta foi a reunião entre o presidente interino tucano, senador Tasso Jereissati (CE), o governador Geraldo Alckmin (SP) e o prefeito paulistano, João Doria, no apartamento de FHC.

Habeas corpus

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), pautou para a próxima terça (30) pedido de habeas corpus do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. A defesa de Duque requer a extensão do habeas corpus concedido ao petista José Dirceu no começo de maio. O caso está com Toffoli porque ele assumiu a relatoria dos pedidos decorrentes da decisão relativa a Dirceu por ter proferido o voto vencedor durante o julgamento do petista.

► CÂMARA DE JUNDIAÍ

Maior número de pedidos é de recapeamento ou operações tapa-buraco; campeões são Gastaldo, Dr. Paulo e Cícero

Mais de duas mil indicações foram apresentadas até agora

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Um total de 2.106 indicações ao Executivo foram apresentadas pelos vereadores jundiaien-ses desde que começou a atual legislatura. Os 'campeões' no número de documentos apresentados são Cícero da Saúde (PROS), Marcelo Gastaldo (PTB) e Paulo Sérgio Martins (PPS). Cada um deles indicou 170 serviços às diversas gestões municipais.

Se, por um lado, aparecer no topo do ranking pode ser motivo de orgulho, também pode ser visto de outra forma, como comenta Gastaldo. "As indicações demonstram que o vereador está ligado ao que está acontecendo. Ao mesmo tempo, no entanto, mostram que alguma coisa está falhando na administração".

Gastaldo não imaginava que estava no alto dessa 'lista', mas sabe – sem medo de errar – que os maiores pedidos dizem respeito à área de Serviços Públicos. "As demandas que os vereadores mais recebem são, sem dúvida, as que dizem respeito à manutenção da cidade."

E ele tem razão. Entre as indicações apresentadas na últi-



AMBULANTES Indicação do vereador Cícero da Saúde pede estudos para a construção de um 'camelódromo' em Jundiá

ma sessão pelos diversos parlamentares, as campeãs são as que pedem recapeamento de ruas ou operações tapa-buraco (12 indicações); corte de mato ou poda de árvore (11).

Depois, aparecem os pedidos de manutenção em iluminação pública (três), repintura de solo ou construção de lombada (cinco), implanta-

ção de faixa de pedestres (duas) e construção de calçada e de rampa para cadeirante (duas indicações).

Mas também há indicações que fogem ao tradicional – como uma delas (número 1.969, de 23 de maio), assinada pelo vereador Cícero da Saúde (PMDB). Ele encaminhou um documento ao Exe-

cutivo em que solicita estudos para a construção de um camelódromo em Jundiá.

"Precisamos encontrar um espaço adequado para os ambulantes. Esta é uma atividade de que, cada vez mais, acaba sendo a fonte de renda para muitas famílias – e tenho recebido inúmeros pedidos de ambulantes pedindo um lo-

► MINISTRO DO STF

Gilmar Mendes quer que STF discuta delação da JBS

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse nesta sexta-feira (26) que o plenário da Corte poderá discutir a validade dos termos do acordo de delação premiada da JBS. Para o ministro, outra questão que também deverá ser reanalisada pelo STF é a da decretação da prisão de condenados com sentença confirmada pela segunda instância. Ambos os casos terão impacto nas investigações da Operação Lava Jato.

Os questionamentos sobre o acordo da JBS começaram após os termos terem sido divulgados pela imprensa na semana passada. Segundo acordo assinado pe-

los irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da empresa, com a Procuradoria-Geral da República (PGR), eles não cumprirão pena de prisão e poderão morar nos Estados Unidos, onde está parte dos negócios da família. Nos demais casos envolvendo delatores envolvidos em desvios da Petrobras, a pena de prisão por tempo determinado e o uso de tornozeleira eletrônica foram aplicados.

Segundo Gilmar Mendes, o juiz poderia fazer uma homologação prévia da delação, e os termos poderiam ser revalidados por um colegiado. "A mim me parece que, neste caso, como envolve o presi-

dente da República, certamente vamos ter que discutir o tema no próprio plenário", disse o ministro.

Sobre a questão da prisão após condenação pela segunda instância da Justiça, Mendes esclareceu que a decisão do STF que autorizou o cumprimento da sentença não é obrigatória e poderá ser revista.

"Em uma decisão de segunda instância é possível já autorizar a prisão, isso que nós dissemos. Não dissemos que ela se torna obrigatória. Acho que está havendo uma certa confusão em torno disso", afirmou Gilmar Mendes. (Agência Brasil)

► ELA AUTORIZOU A ENTRADA

Emissário de Aécio Neves escondeu propina com sogra

Um dia antes da operação Patmos ser deflagrada na quinta-feira (18), o assessor parlamentar Mendherson Souza Lima, apontado como um dos responsáveis por transportar propina paga pela JBS ao senador Aécio Neves (PSDB-MG), levou para casa da sogra R\$ 480 mil em espécie.

Em documento assinado por Azelina Rosa Ribeiro, sogra de Mendherson, ela reconhece que autorizou a entrada de policiais federais em sua casa, em Nova Lima (MG), "com o fim de recolher o conteúdo de duas sacolas deixadas pelo genro Men-

dherson Souza Lima na noite de 17 de maio".

Foi nesta data que o jornal "O Globo" publicou a notícia sobre a delação da JBS e o suposto esquema de propina do qual o senador Aécio Neves teria se beneficiado. Os pacotes com cédulas de R\$ 100 estavam escondidos em um dos quartos da casa de Azelina.

Mendherson trabalhava como assessor do também senador mineiro Zezé Perrella (PMDB). Segundo a investigação policial, no dia da operação Patmos ele confessou ter levado os R\$ 480 mil em duas saco-

las para a casa da sogra sem que ela tivesse conhecimento. O assessor falou que se assustou ao saber da delação feita pelos executivos da JBS pelo noticiário. Posteriormente, a PF foi à Nova Lima, onde encontrou o dinheiro.

Mendherson relatou que o montante tinha sido buscado em São Paulo no dia 3 de maio. A Polícia e o Ministério Público acreditam que ele faz parte dos R\$ 2 milhões que Aécio pediu a Joesley Batista, dono da JBS.

No inquérito, a PF anexou fotos do dinheiro apreendido. (Folhapress)

► SAÍDA PARA A CRISE

Prefeitos temem 'colapso financeiro'

A FNP (Frente Nacional de Prefeitos) divulgou nesta sexta-feira (26) um manifesto dizendo que a crise que assola o governo Michel Temer pode levar os municípios ao colapso financeiro e que o País "não pode ficar sem rumo".

No documento, os prefeitos afirmam que a "gravíssima crise política e econômica" ameaça a estabilidade institucional e que é preciso uma saída "célere" e de consenso, que leve em conta "as diversas forças políticas e os três níveis de governo".

"Defendemos uma saída consensuada, respeitando-se a Constituição Cidadã e a legislação vigente, que leve em consideração as diversas forças políticas da nossa sociedade e os três níveis de governo. Ao mesmo tempo, que seja célere para evitar o agravamento dos reflexos negativos que tal situação já projeta nas cidades e que temos constatado no nosso cotidiano: aumento do desemprego, desincentivo ao empreendedorismo e aos investimentos, paralisação de obras e a disseminação de um indesejável sentimento de fracasso", diz o texto.

Os prefeitos afirmam ainda que o agravamento da crise trará "consequências inimagináveis", visto que piora a já insuficiente quantia de recursos públicos que os municípios dispõem para sustentar os serviços básicos de saúde e segurança, por exemplo.

"Esta insuficiência de recursos públicos para sustentar os serviços básicos lá na ponta poderá levar o país a uma grave crise social com consequências inima-

cal específico para trabalhar. Seria, assim, uma espécie de feira – mas só teria as pessoas cadastradas."

Cícero não tem ideia de quanto tempo poderá demorar para receber alguma resposta sobre a indicação. De qualquer maneira, ele ficou feliz e surpreso, ao mesmo tempo, ao ser informado pela reportagem que é um dos 'campeões' de indicações. "Ainda mais empatado com dois 'professores' como o Paulo Sérgio e o Marcelo Gastaldo", comentou.

De acordo com o regimento interno, cada parlamentar pode apresentar até 10 indicações por sessão ordinária – o que resultaria num total de 760 indicações com novos pedidos chegando ao Executivo a cada mês – e se acumulando nas diversas gestões.

As indicações, uma vez apresentadas, são encaminhadas para a sessão ordinária e aprovadas automaticamente. Em seguida, são enviadas para o Executivo, que redireciona cada pedido à gestão responsável. A partir daí, os vereadores sabem: é preciso acompanhar e cobrar, ao mesmo tempo, os gestores, em busca de ter os pedidos atendidos o mais rápido possível.